

Projeto gráfico | Izabel Portugal

Diagramação | Pedro Luiz Vieira

Revisão | Letícia Ferreira

Foto capa | Imagem da capa gerada por IA (inteligência artificial), por meio do aplicativo

Canva (Magic Media). Geração realizada em 15/04/2024

17 Da implementação ao monitoramento do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil: MonitoraEA-PPPZCCM / Organizadores: Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Rachel Andriollo Trovarelli; Evandro Albiach Branco, Thais Brianezi. – São José dos Campos: INPE; ANPPEA, 2024.

226p.

ISBN: 978-65-89159-12-4

DOI: 10.29327/5406482

<http://urlib.net/ibi/8JMKD3MGP3W34T/4BCGKAL>

1. Projeto Político Pedagógico. 2. Educação ambiental. 3. Zona Costeira e Marinha do Brasil. 4. MonitoraEA. I. Raymundo, Maria Henriqueta Andrade. II. Trovarelli, Rachel Andriollo. III. Branco, Evandro Albiach. IV. Brianezi, Thais.

CDU: 502:37(261.67)

Essa publicação é fruto do processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil (PPPZCM) que vem sendo realizado desde 2019.



O conteúdo de cada capítulo dessa publicação é de inteira responsabilidade de seus autores/as, não representando a posição oficial de suas respectivas instituições, dos organizadores, editores e nem do conselho científico dessa publicação.

Programa de formação continuada em educação ambiental na Costa do Descobrimento/Bahia: primeiras análises

DOI 10.29327/5406482.1-9

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto,
Maria Cristina Nascimento Vieira

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os processos de degradação ecológica e social vêm se intensificando, o que aponta para a necessidade de transformação dos modos de produção e consumo e de organização social na atualidade. Isso inclui a implementação de processos participativos de gestão ambiental, conforme previsto na legislação brasileira, incluindo a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)¹ e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)².

O inciso X do artigo 2º da PNMA apresenta a necessidade de a educação ambiental estar inserida “em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

Já a PNEA, em seu artigo 3º, inciso I, diz que cabe ao poder público “definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente”.

Na Bahia, a Política Estadual de Educação Ambiental³, em seu capítulo 7, Da Educação Ambiental nas Políticas Públicas, diz que “entende-se por Educação Ambiental nas Políticas Públicas a inserção de práticas educativas nos processos de planejamento e gestão, em todas as suas etapas, fortalecendo e incentivando a participação e o controle social” (art. 23).

Como referência internacional temos o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TRATADO EA), documento

1 Lei 6938/1981

2 Lei 9795/1999.

3 Lei 12056/2011.

construído durante a Conferência Rio-92⁴, na Cúpula dos Povos, elaborado por representantes do movimento social de mais de cem países, constituindo-se como pacto global para o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA). Dos dezesseis princípios desse documento, será aqui destacado o 16º, por se alinhar diretamente com a necessidade da participação social em processos de gestão ambiental, a saber: “A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos”.

Após a elaboração do TRATADO EA, muito esforços foram empreendidos por governos e a sociedade civil organizada na direção da institucionalização da Educação Ambiental enquanto Política Pública e enquanto um campo transversal de reflexão e ação, que visa, simultaneamente, à conservação da natureza e à melhoria das condições de vida humana.

Tendo em vista a prerrogativa da participação ativa da sociedade na conservação da natureza e da qualidade de vida, surge o Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil, com o intuito de “criar diretrizes pedagógicas e institucionais que possam contribuir para o desenvolvimento de processos educativos com o foco no uso sustentável e conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha” do país (Raymundo et al., 2021:165).

Como processo de gestão e governança, foi criada a Rede de Comunidades de Aprendizagens do PPPZCM, constituída pela secretaria executiva⁵, pelo grupo de facilitação e pelos elos da rede, que tem por objetivo desenvolver processos críticos e estruturantes de educação ambiental, sendo um “espaço e movimento de conexões, diálogos, cooperação, articulações, formação, autoformação, monitoramento e avaliação, promovendo o fortalecimento e a incidência em políticas públicas” (Raymundo et al., 2021).

A experiência em tela é um dos mais de 200 projetos e ações inseridos na Plataforma MonitoraEA-PPPZCM⁶, desenvolvidos em regiões da zona costeira e marinha dos dezessete estados que abrangem esse bioma. Cabe destacar que o PPPZCM tem Formação como uma de suas linhas de ação estruturantes.

4 Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Foi a partir desse evento que a questão socioambiental ganhou impulso nas agendas governamentais de diversos países.

5 Projetos TerraMar e GEF-Mar, pela GIZ e pela ANPPEA - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental.

6 A plataforma é um espaço virtual que contém, dentre outras coisas, os indicadores do PPPZCM e o cadastro de projetos de Educação Ambiental desenvolvidos na zona costeira e marinha do Brasil - <https://pppzcm.monitorea.org.br>.

Este texto tem por objetivo apresentar uma experiência, contextualizada no PPPZCM, com foco na importância da educação ambiental como política pública que aproxima a população de processos de gestão ambiental e vice-versa.

O PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COSTA DO DESCOBRIMENTO/BAHIA

Breve contexto territorial

A Costa do Descobrimento é constituída por oito municípios do extremo sul da Bahia, dentre eles, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte, onde o programa é desenvolvido. Esses municípios fazem parte de uma zona turística hotspot de Mata Atlântica, que tem uma série de unidades de conservação municipais, estaduais e federais em ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos. Na área em questão, encontram-se ao menos duas etnias indígenas estabelecidas: Pataxó, em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e Tupinambá em Belmonte. Os municípios têm vastas zonas rurais onde há grande número de aldeias indígenas, fazendeiros, posseiros, agricultores familiares e empresas do ramo de papel e celulose. Os conflitos por terra são significativos e abrangem áreas usadas na especulação imobiliária, plantação de eucalipto, agricultura familiar, assentamentos, aldeias indígenas e Unidades de Conservação.

A pesca artesanal é uma atividade de grande importância para o sustento dos moradores locais nos municípios em que o programa é desenvolvido, assim como a agricultura familiar. O turismo e a plantação de eucalipto são atividades econômicas também de grande relevância na região. A plantação de cacau foi, em décadas passadas, atividade econômica de destaque, muitas famílias nativas integravam a cultura cacauzeira. Com a chegada da “vassoura de bruxa”⁷, nos últimos anos de 1980/início de 1990, ocorreu o declínio das plantações de cabruca (cacau plantado dentro da mata) e alguns municípios empobreceram significativamente, como é o caso de Belmonte. Com a pavimentação asfáltica da BR 367, no final dos anos de 1970/início de 1980, a economia se volta para o turismo, que, a posteriori, torna-se predatório, em especial em Porto Seguro. A partir daí, os municípios de Cabrália e de Porto Seguro passam a receber uma grande quantidade de migrantes vindos de outras localidades da região em busca de trabalho no setor turístico e na construção civil.

7 Fungo *Moniliophthora perniciosa* (Arantes, 2021).

No mesmo período, há um afluxo de pessoas, principalmente para Porto Seguro, de outros estados brasileiros e de outros países, em especial Portugal, Itália e Argentina, que se estabeleceram na região, encantados com sua beleza e tranquilidade.

A partir dos anos 2000, os municípios da Costa do Descobrimento passam a contar com Instituições Públicas de Ensino, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA/Porto Seguro e de Eunápolis), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Eunápolis) e a Universidade Federal do Sul da Bahia – campus Sosígenes Costa (UFSB/Porto Seguro). A chegada dessas instituições na região tem permitido outra reflexão a respeito das questões socioambientais, provocando novos olhares e atitudes para com os contextos locais e regionais na busca por soluções aos desafios enfrentados.

E é nessa conjuntura que emergem as experiências do Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental, promovendo a formação de educadoras e educadores ambientais preocupados com a transição para Sociedades Sustentáveis. De acordo Trovarelli (2021), a ideia de “transição” para sociedades sustentáveis se vincula à capacidade de refletir criticamente a respeito dos valores e processos de produção de consumo instituídos e hegemônicos na atualidade.

Iniciando a prosa

O processo de formação em EA ocorre no território de duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) de âmbito estadual, que abrangem três municípios da Costa do Descobrimento, Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia e Belmonte. Segundo diversos autores, esses municípios têm uma gama de conflitos socioambientais significativos: turismo predatório, desmatamento, poluição dos corpos hídricos, especulação imobiliária predatória, conflitos territoriais com populações indígenas, com pequenos agricultores familiares e com posseiros, crescimento urbano desordenado e ausência do poder público nas APA de Santo Antônio⁸ e de Coroa Vermelha⁹, elevado índice de trabalho informal, dentre outros.

O programa teve início em 2019, a partir da constituição da parceria entre DISUC/INEMA¹⁰ (Diretoria de Sustentabilidade e Unidades de Conservação), antiga DIRUC, NUPEEA/UFSB (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental da Universidade Federal do Sul da Bahia), secretarias de Meio Ambiente e de Educa-

8 Em 2022, o INEMA/BA nomeou uma gestora para a APA Estadual de Santo Antônio, tendo sido constituído o Conselho Gestor, cuja posse foi realizada em 10 de novembro do mesmo ano.

9 Cabe esclarecer que a APA Estadual de Coroa Vermelha formaria o próprio conselho gestor em 2022.

10 Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

ção, Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Conselho Municipal de Meio Ambiente, todos do Município de Santa Cruz Cabrália.

O principal objetivo do programa é promover sensibilização, reflexão e ação dos participantes frente às questões socioambientais locais, buscando estimular o fortalecimento de uma postura crítica, incentivando a participação individual e coletiva na preservação e no equilíbrio dos ecossistemas costeiros e marinhos, na defesa da qualidade ambiental como valor inseparável do exercício da cidadania e da sadia qualidade da vida humana.

O programa teve duas fases até 2023. Na fase I (2019), foram formados trinta educadoras e educadores ambientais com as mais diversas origens: docentes da rede pública (ativas, ativos e aposentada, aposentados) de escolas urbanas, rurais e indígenas, agentes comunitários de saúde, representantes da iniciativa privada, ambientalistas, funcionários públicos municipais, jovens, estudantes universitários, ONGs e membros da comunidade indígena.

A fase II, ainda em andamento, tem como objetivo geral dar continuidade ao processo formativo em Educação Ambiental deflagrado na fase I e tem como objetivos específicos: fortalecer a adesão dos munícipes aos processos de gestão ambiental do município de Santa Cruz Cabrália; dar suporte ao aprimoramento e à implementação dos projetos de intervenção socioambientais locais (educação ambiental) elaborados na fase I; fomentar a constituição de um GT de EA, tendo em vista a edificação da CIMEA/Cabrália – Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental/Santa Cruz Cabrália e participar do Grupo de Educação Ambiental e Agroecologia que formará professoras e professores da rede municipal nas escolas do município de Santa Cruz Cabrália.

Caminhos didáticos-pedagógicos percorridos e resultados obtidos

Com o propósito de envolver os diversos atores da sociedade local, foi realizada uma articulação com as secretarias de Educação e de Meio Ambiente da Prefeitura através de seus conselhos municipais. A partir desse ponto, a proposta da formação foi amplamente divulgada no município e estava aberta para quem tivesse interesse. Inicialmente foram recebidas cinquenta inscrições que ingressaram na formação. Parte desse público foi flutuante ao longo do processo, participando de modo pontual e contribuindo com as propostas de reflexão e intervenção em pauta (vereador, professora aposentada, turistas que convidados por participantes, servidores públicos municipais, moradores, ONGs e empresários locais).

A formação se desenrolou com o uso da Pedagogia da Alternância. Assim, o processo formativo aconteceu em dois diferentes tempos e espaços, Tempo Escola (TE), junto às facilitadoras do curso, e Tempo Comunidade (TC), que se configura como o período em que os participantes do curso realizaram atividades planejadas no Tempo Escola nos próprios locais de atuação, entre um encontro e outro.

O parecer do Conselho Nacional de Educação/MEC de 14 de dezembro de 2001, art. 23, admite a necessidade de manter flexibilidade de organização nas propostas educacionais em favor dos processos de ensino-aprendizagem, reconhecendo a “alternância regular de estudos”.

Segundo Lollato¹¹, a pedagogia da alternância tem por objetivo o “desenvolvimento do meio sociocultural e formação humana integral, com uma metodologia proposta a partir de instrumentos específicos”. E tem como eixo metodológico central a alternância pedagógica: “a vida social local, na relação com os processos educativos, que atenda às demandas técnicas, além de uma formação humana pautada no engajamento social e político nas comunidades e nos movimentos sociais são aspectos que marcam essa proposta”¹², ou seja, para usar as palavras da referida autora, “prioriza a pesquisa da realidade para aprofundar os conhecimentos científicos relacionados à prática social” (*idem*).

O início das atividades do programa se deu em uma cerimônia em que autoridades locais deram as boas-vindas aos participantes e reafirmaram parcerias e apoios. A mesa de abertura foi composta por representantes do INEMA, da Universidade Federal do Sul da Bahia, da Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental (CIPPA), das secretarias de Meio Ambiente, de Educação e Secretaria de Assuntos Indígenas do município de Santa Cruz Cabrália, de vereadores e de organizações não governamentais. A mesa foi seguida por uma conferência de abertura intitulada “Como sua Mentalidade Influência na sua Qualidade de Vida”. Cerca de 130 pessoas participaram da atividade.

A primeira fase do programa foi dividida em seis módulos de 16 horas cada um. Entre um módulo e outro, os cursistas realizaram atividades acompanhadas e supervisionadas (8 horas/módulo). Toda essa fase teve a carga horária de 144 horas. Foram realizadas duas atividades de campo ao longo da formação. Uma delas foi uma “caminhada transversal” ao longo do percurso do Rio Yaya, quando houve o com parte da história do município (desenvolvimento urbano, alterações no uso e ocupação do solo, uso simbólico e cultural do rio etc.) e coleta de amostras de água, com análise de parâmetro de qualidade,

11 LOLATO, p. 129. 2017.

12 CORDEIRO; Reis; HAGE, 2011 apud LOLLATO, 2017:128.

em diferentes pontos (alto curso, médio curso e baixo curso), tendo em vista a compreensão do processo de transformação ocorrido e a atual situação socioambiental da bacia hidrográfica do Rio Yaya. Outra visita de campo foi ao lixão do município, onde foram encontrados catadoras e catadores (incluindo crianças e idosos) com os quais travou-se uma série de diálogos no intento de compreender a situação das famílias que ali trabalham, agregando, assim, mais conhecimento e reflexão à compreensão da complexidade da atual realidade socioambiental do município.

O encerramento da fase I seria um seminário presencial, previsto para o mês de março de 2020, mas, com a chegada da pandemia de covid-19, tal atividade foi suspensa e, assim, nos anos de 2020 e 2021, os diálogos e as orientações técnicas relativas aos projetos em elaboração foram realizados à distância, em especial com o uso do WhatsApp.

Com início do processo de vacinação e uma certa adaptação à comunicação virtual, a cerimônia de encerramento da fase I do Programa foi realizada no dia 9 de agosto de 2021, das 17 às 21 horas em duas etapas: das 17h às 18h, encontro do grupo para celebrar o reencontro (virtual), avaliar o processo vivido e apresentar demandas atuais dos projetos elaborados e da formação; das 19h às 21h, uma live com roda de conversa com Ailton Krenak, intitulada "Povos nativos: radicalmente vivos!", que foi promovida por uma parceria do programa com os Institutos de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), dos campi Sósigenes Costa e Jorge Amado – Porto Seguro e Itabuna respectivamente.

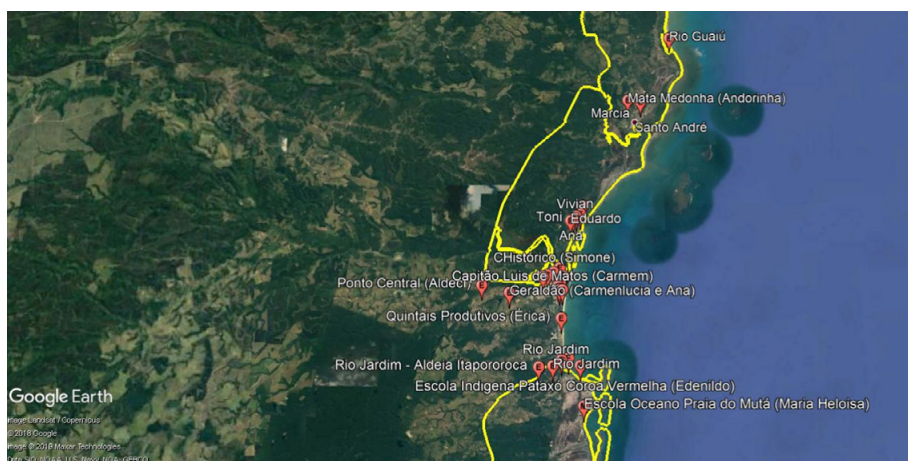
Outro dado importante a ser apresentado é o fato de a formação ter contado com a colaboração de outros três docentes da UFSB/Porto Seguro: um do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, outro do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências e outro do Centro de Formação em Ciências Ambientais. Contou ainda com a colaboração de moradores locais, além das coordenadoras do programa.

Cursistas receberam estímulo para refletir de forma mais crítica a respeito da realidade socioambiental do município, o que corrobora com a gestão ambiental municipal. Foram elaborados onze projetos de intervenção socioeducativa ambientalista local – plotados em mapa do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) da APA de Santo Antônio (fig. 1) –, em consonância com a implementação da Política Nacional e Estadual/BA de Educação Ambiental e com a implementação da Estratégia de Comunicação e Educação Ambiental nas Unidades de Conservação (ENCEA).

Aqui são apresentados os temas dos projetos elaborados na fase I: 1- Conscientização da Comunidade Indígena da Coroa Vermelha sobre o uso e a conser-

vação do Rio Jardim; 2 - Ajardinamento da Rua Rubi Mirante; 3 - Arborização/Jardinagem em Escola e Creche no bairro Geraldão; 4 - Compostagem/Quintais produtivos no bairro Nova Cabrália; 5 - Horta medicinal no posto de saúde no bairro Terra de Cabral; 6 - Recomposição Florestal – Centro Histórico; 7 - Sensibilização ambiental na escola frente à captura de animais silvestres; 8 - Diagnóstico da Microbacia do Rio Yaya e Braço Frio; 9 - Santo André Sustentável; 10 - Artesanato Indígena na aldeia Mata Medonha; 11 - Educação Ambiental na Escola de Guaiú.

Figura 1: Distribuição espacial aproximada dos projetos da fase I – mapa elaborado durante o processo formativo em 2019.



Por meio de um questionário, cursistas avaliaram o processo formativo conforme apresentado abaixo. Cabe destacar que dos trinta formadas e formandos, dez responderam ao questionário de avaliação do processo. Entre estes, 70% afirmaram que a fase I atingiu seu objetivo, conforme pode ser observado nas frases a seguir, retiradas do relatório de avaliação:

“Foi bastante proveitoso no âmbito da educação ambiental.”

“Foi bastante proveitoso no âmbito da educação ambiental.”

“Houve uma união entre pessoas para pensar em cuidar dos espaços.”

“Agora temos conhecimento e estratégia para facilitar a abordagem e a orientação para população.”

“Certamente a literaturas, os diálogos e as visitas de campo serviram para contribuir para medidas que formassem as ações dessa formação.”

“Foi muito bom! As experiências e desafios motivaram nos cursistas uma prática de conhecimento ambiental muito amplo para todos nós.”

Mais um dedo de prosa

Mediante essa avaliação, considera-se que a formação foi importante e proveitosa, uma vez que agregou novos conhecimentos ao repertório de quem se envolveu, além de ter estimulado um olhar mais crítico para a realidade local e a elaboração de projetos supracitados.

Na fase I, o programa, movimentou vários setores do município, oportunizando o diálogo entre eles, chamando a atenção de cursistas para questões socioambientais do município e encorajando uma articulação em prol do bem estar da população e da conservação da natureza, o que se coaduna com os processos de gestão ambiental.

Outro ponto a ser destacado é o estímulo da fase I do processo formativo à implementação de políticas públicas ambientais, como a de educação ambiental, pois, além da elaboração dos projetos anteriormente citados, aconteceram inúmeros diálogos com as secretarias de Meio Ambiente e de Educação do município, abordando questões como os conflitos de interesse nas bacias hidrográficas e no uso e ocupação do solo em Cabrália, além da questão dos resíduos sólidos, por exemplo. Escolas do município (urbanas, rurais e indígenas) se fizeram presentes no processo trazendo suas demandas, dentre elas a formação de professores e professoras.

Uma vez constatado o desejo de cursistas em implementar os projetos elaborados e dar continuidade ao processo formativo, nasceu a proposta da fase II do Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental nas APA de Santo Antônio e de Coroa Vermelha/Santa Cruz Cabrália.

A fase II, que teve início em meados de 2022, destina-se a dar continuidade à formação, estimular a incorporação de novos projetos de intervenção socioambiental local e subsidiar a implementação e lapidação dos onze projetos elaborados na fase I, estimular a construção de política pública municipal de educação ambiental e promover a formação de professores e professoras no município.

Aqui é importante apresentar as diretrizes do PPPZCM, devidamente acompanhadas de comentários relativos ao desenvolvimento de programa em tela:

- A. Estimular ações e processos socioeducativos com foco no uso sustentável e conservação da biodiversidade, valorizando os diferentes saberes e linguagens na perspectiva de processos estruturantes, continuados e permanentes de princípios críticos, democráticos e emancipadores.

Toda a formação desenvolvida na fase I e a planejada para a fase II do programa está balizada pela proposta de construção de conhecimento crítico socioambiental de cursistas, no intento de contribuir com a conservação da natureza e com a qualidade de vida humana, o que inclui o respeito e a incorporação de saberes locais aos projetos de intervenção socioeducativa e ambientalista em consonância com a ideia de processos estruturantes, continuados, permanentes, democráticos e emancipatórios, conforme ilustram as falas de cursistas quando solicitados a trazer, em até três palavras, aspectos positivos da formação.

Fase I: "A abordagem dos temas"; "participativo, territorial, e estimulante"; "união, coordenação e aprendizado"; "gradidão *Silent* maravilhoso"; "paciência, dedicação, responsabilidade"; "conhecimento, qualidade e participação"; "percepção do nosso ecossistema"; "troca de experiência"; "resiliência"; "esperança"; "o acolhimento, a cumplicidade e o conhecimento"; "gradidão, fortalecimento e união".

- B. Promover articulações e conexões entre a diversidade de instituições, temas, projetos e políticas públicas, estimulando redes de cooperação na Zona Costeira e Marinha do Brasil.

Como preparação para a fase II, foi realizada uma série de articulações político-institucionais, possibilitando um amadurecimento da relação entre as partes, que se reflete em mais compromisso e entendimento técnico para a realização das ações propostas. Até 2022, havia três projetos funcionando em forma de rede, apoiando-se mutuamente, buscando financiamentos e outras formas de atuação com o envolvimento de ações diretamente com a comunidade circunvizinha. Outros projetos têm se desenvolvido de modo individual buscando seus caminhos de afirmação.

Em 2023, a fase II caminha para um aprofundamento na execução dos projetos elaborados na fase I, na discussão de temas socioambientais de forma inter-setorial e na construção e implementação de políticas públicas de educação e suas interfaces. Operacionalizando assim, as articulações e conexões entre instituições, temas, projetos e políticas públicas.

- C. Propiciar processos educativos de valorização dos modos de vida, dos saberes e fazeres dos povos originários e comunidades tradicionais contribuindo para o seu empoderamento.

Um dos projetos elaborados está na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha/Santa Cruz Cabralia. Elaborado por três professores indígenas da escola, o projeto vem amadurecendo e ganhando atenção da Secretaria Municipal de Educação através das coordenações das escolas do campo e da coordenação

das escolas indígenas. A proposta se pauta na valorização dos modos de vida tradicionais, na conservação da natureza e na qualidade de vida da população, em consonância com a diretriz apresentada.

- D. Fortalecer as relações entre sociedade e natureza de forma consciente, harmoniosa e motivada por sentimentos afetuosos e de respeito como elementos transformadores da Zona Costeira e Marinha.

Todo o processo formativo foi permeado pelo estímulo ao desenvolvimento de “bons encontros” (ao estilo espinosano), buscando o incremento de Potência de Agir de cada um e de todos. Segundo Espinosa¹³, “bons encontros” ou encontros alegres são aqueles que nos estimulam a prosseguir, na medida que aumentam nossa “força de existir”, pois aumentam nossa potência de agir de modo consciente e afetuosos, tendo preocupação com o bem-estar individual e coletivo, zelando pelo bem comum – e nesse ponto, processos educadores têm papel estruturante.

como não conhecemos nada, entre as coisas singulares, que seja superior ao homem que se conduz pela razão, em nada pode, cada um, mostrar melhor quanto valem seu engenho e arte do que em educar os homens para que vivam, ao final, sob a autoridade própria da razão.¹⁴

Vale colocar que a razão, em Espinosa, é ela mesma um afeto de alegria, de uma alegria constituinte da ordem da potência e não um afeto eufórico e efêmero. As falas que se seguem, extraídas do formulário de avaliação da fase I em que cursistas foram solicitados a fazer uma avaliação global da primeira fase de formação do programa, procuram ilustrar a aquisição de conhecimento técnico e as trocas afetivas e as trocas de experiência como alegria na busca pela construção de uma outra relação sociedade/natureza, diferente da relação hegemônica utilitarista:

“O curso foi inovador e estimulou os alunos a criar propostas de melhoria no seu território.” “Gratidão a todos os professores e professoras que passaram esse período com a gente, obrigado.”

- E. Fomentar a participação social e o fortalecimento de estruturas de governança, como conselhos gestores e outros espaços de participação.

O programa tem como princípio a inclusão de todos os atores e setores sociais, visando ao exercício democrático e interdisciplinar do controle social. O pro-

13 Baruch, Bento ou Benedictus de Espinosa é um filósofo holandês seiscentista, oriundo de uma família portuguesa judia que migrou para a Holanda porque este era um país com mais tolerância religiosa. Foi considerado um dos grandes racionalistas de seu tempo, ao lado de Descartes e Leibniz.

14 Livro IV da Ética, capítulo 9.

grama gerou uma grande sensibilização no território frente à possibilidade de realização de uma ação desejada pelo sujeito em relação ao cuidado com seu espaço e com o bem-estar coletivo. Isso se deu a partir do desenrolar da formação na fase I, que estimulou a reflexão crítica sobre o local e a ela associou a elaboração de projetos que buscassem o sonho de cada um e de todos para a região, estimulando o sentido de pertencimento.

Tal reflexão gerou, em parte do município, em especial na zona costeira e marinha, uma busca pela realização de ações que materializassem, de algum modo, o sonho de cada um. É nesse fluxo que a recomposição do Conselho Gestor da APA de Santo Antônio adquire relevância e força de articulação local. Vale destacar a presença, nesse conselho, de instituições representadas por cursistas. Percebe-se que a influência do programa reverberou em diversas instituições e grupos, principalmente no município de Santa Cruz Cabrália, influenciando grupos, pessoas e instituições que não fizeram a formação da fase I.

- F. Fortalecer a formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas de capacitação e educação ambiental, de forma integrada e articulada, em consonância com as estratégias e princípios da Política e Programa Nacional de Educação Ambiental e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

O programa lança mão da sua estratégia de sensibilização para alavancar um processo de articulação, formulação, implementação e monitoramento de uma política municipal de educação ambiental a partir da utilização de princípios do Tratado de EA e elementos da PNEA. A realização de diálogos institucionais permanentes no âmbito das parcerias com a secretarias municipais de Educação e de Meio Ambiente de Cabrália, com o INEMA e com o NUPEEA/USFB vem estruturando ações para que, em um futuro próximo, seja possível a elaboração, apropriação e implementação de fato da Política Municipal de Educação Ambiental/Cabrália.

A seguir serão apresentados aspectos da PNEA e do Tratado de EA com os quais o programa vem trabalhando.

O artigo Art. 5 da PNEA apresenta objetivos fundamentais da educação ambiental, com os quais o programa desenvolveu suas ações:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

(...)

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

Cabe destacar que as 24 escolas municipais de educação básica de Santa Cruz Cabralia foram convidadas a participar do processo formativo. Contudo, houve a participação, na fase I, de cerca de 50% delas.

Já em consonância com o art. 13 da PNEA, que define educação ambiental não formal como “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, o programa trabalhou com lideranças comunitárias, grupos e organizações ambientalistas locais, agente comunitária de saúde e representante do setor privado. dentre outros atores sociais locais, conforme explicitado anteriormente neste texto.

Em harmonia com os princípios do tratado, citados a seguir, o programa desenvolveu seus conteúdos, práticas e vivências:

2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade. 13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender as necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe. 15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis. 16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas Unidades de Conservação envolvidas no programa, APAs de Coroa Vermelha e de Santo Antônio, estão situadas em áreas de ecossistemas costeiros. Desse modo, todas as ações estão voltadas para a zona costeira e marinha da região, estimulando a participação social na conservação da natureza e na

busca pela melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. O que está de acordo com os princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, com os elementos da PNEA e com as diretrizes pedagógicas do PPPZCM supracitados. Assim, pode-se dizer que há uma imbricação entre a PNEA, o Tratado de EA e o PPPZCM, como apontado neste texto.

Uma vez que continuarão sendo desenvolvidos processos educativos ambientalistas estruturantes, com vistas ao uso sustentável dos recursos ecossistêmicos associados à manutenção e à melhoria da qualidade de vida da população local, pode-se dizer que o programa continuará desenvolvendo ações em consonância com ideia de transição para sociedades sustentáveis.

Na medida em que a proposta em tela oportuniza diálogos entre poder público e sociedade civil, possibilitando que as demandas sociais sejam incorporadas nos processos de gestão e de políticas públicas, a gestão ambiental municipal se fortalece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, José Tadeu. **Estudo avança no entendimento da vassoura-de-bruxa, doença que derrubou a produção de cacau no Brasil**. 165. Agência FAPESP, 2021. Disponível em <https://agencia.fapesp.br/estudo-avanca-no-entendimento-da-vassoura-de-bruxa-doenca-que-derrubou-a-producao-de-cacau-no-brasil/36258>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- BRASIL. **Política Estadual de Educação Ambiental**. Lei 12.056/11. Salvador: Secretaria do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, 2011.
- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Lei 6938/1981. Presidência da República, Brasília, 1981.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9.795/99. Presidência da República, Brasília (DF): 1999.
- COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia; VIEIRA, Maria Cristina Nascimento. **Relatório da fase I do Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental nas APAs de Santo Antônio e de Coroa Vermelha**. Mimeo, 2021.
- ESPINOSA, Benedictus de. **Ética**. Tradução e notas Thomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

LOLLATO, Sarah de Oliveira. **Pedagogia da alternância: prática pedagógica em campo de disputa teórica**. In: Anais do I Seminário Internacional e IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo: Políticas Educacionais para o meio rural na América Latina. UFSCar São Carlos, 26-28 jul. 2017.

PROJETO Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil. Roteiro para Facilitadores. Mimeo.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; ALMEIDA, Erika de; OLIVEIRA, Marcia; FICHINO, Betânia; PEREIRA, Thais Ferraresi (coord.). **Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil**. Brasília (DF): GIZ, 2021. Disponível em: https://pppzcm.monitoraea.org.br/static/media/PPPZCM_Atual.c5842d21de933d62e4fd.pdf. Acesso em: 3 set. 2022.

TRATADO de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, 1992. Disponível em: https://www.nupeeaufsb.org/_files/ugd/69ce7c_07f9b1c535774469b5a2fdc0d79243f6.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

TROVARELLI, Rachel Andriollo; SORRENTINO, Marcos. **Do antropoceno à transição para sociedades sustentáveis: formação de profissionais em educação ambiental**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada. USP. Piracicaba: 2021.